

UNIVERSIDADE ANHANGUERA-UNIDERP E REDE DE ENSINO LFG

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATU SENSU VIRTUAL EM DIREITO
CONSTITUCIONAL**

TONNY TEIXEIRA DE LIMA

**A ABSTRATIVIZAÇÃO OU OBJETIVAÇÃO DO CONTROLE DE
CONSTITUCIONALIDADE CONCRETO E DIFUSO**

BRASÍLIA/DF - 2014

UNIVERSIDADE ANHANGUERA-UNIDERP E REDE DE ENSINO LFG

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATU SENSU* VIRTUAL EM DIREITO
CONSTITUCIONAL**

TONNY TEIXEIRA DE LIMA

**A ABSTRATIVIZAÇÃO OU OBJETIVAÇÃO DO CONTROLE DE
CONSTITUCIONALIDADE CONCRETO E DIFUSO**

Monografia apresentada como exigência parcial
para a conclusão do Curso de Pós-Graduação *Latu
Sensu* Virtual em Direito Constitucional, sob
orientação do Prof. Ms. Marcos Paulo Falcone
Patullo.

BRASÍLIA/DF - 2014

RESUMO

A presente monografia tem como objetivo analisar o fenômeno da abstrativização ou objetivação do controle concreto de constitucionalidade, consistente na possibilidade de extensão dos efeitos típicos do controle de constitucionalidade abstrato e concentrado – *erga omnes* e vinculantes –, para as decisões proferidas, pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de controle concreto e difuso. Para tanto, será abordado o controle de constitucionalidade no Brasil, suas espécies e efeitos, assim como a possibilidade, prevista no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, de suspensão, pelo Senado Federal, dos efeitos da norma declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de controle concreto, além da discussão sobre a existência de mutação constitucional quanto a este dispositivo. Será analisado, outrossim, três formas de manifestação da abstrativização do controle concreto de constitucionalidade, quais sejam as alterações da Constituição, da legislação infraconstitucional e da jurisprudência.

Palavras-chave: Controle concreto de constitucionalidade - Supremo Tribunal Federal – Decisão – Efeito vinculante – Efeito erga omnes – Extensão – Objetivação – Abstrativização.

ABSTRACT

The presente monograph aims to analyze the phenomenon called abstractiveness or objectivation of the concrete control of constitutionality (judicial review), which consists in the possibility of stretching out the typical effects of the abstract control of constitutionality – *erga omnes* efficacy and binding effect –, to the decisions rendered by the Federal Supreme Court in the concrete and diffuse control of constitutionality. For that purpose, the species and effects of the control of constitutionality in Brazil will be broached, as well as the possibility, written in the article 52, item X, of the Federal Constitution, of suspension, by the Federal Senate, of the effects of a law that was judged unconstitutional by the Federal Supreme Court, in the concrete method of constitutionality control, and the debate about the constitutional mutation of the forementioned article. There will also be an study of the three forms in which the abstractiveness of the concrete constitutionality control has presented itself, which are alterations in the Constitution, the subconstitutional legislation and the jurisprudence.

Key words: Concrete constitutionality control (judicial review) – Federal Supreme Court – Decision – Binding effect – *Erga omnes* effect – Extention – Objectivation – Abstractiveness.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1. Controle de constitucionalidade das leis	8
2. Controle concreto e difuso de constitucionalidade das leis e suas limitações	12
3. Abstrativização ou objetivação do controle concreto e difuso de constitucionalidade das leis	16
3.1. Alterações da Constituição Federal.....	17
3.2. Alterações da legislação infraconstitucional.....	19
3.3. Alterações da jurisprudência.....	21
CONCLUSÃO.....	27
REFERÊNCIAS.....	29
Termo de isenção de responsabilidade.....	31

INTRODUÇÃO

A Constituição, como norma fundamental de um Estado, é o ponto de sustentação de todo o ordenamento jurídico. Uma norma infraconstitucional, para que seja válida, deve ser produzida de acordo com os preceitos previstos na Carta Magna, além de estar de acordo com as normas e princípios nela estatuídos.

Sendo do interesse de um Estado de Direito a manutenção da supremacia da Constituição, é necessária a previsão de mecanismos de controle das leis e dos atos de conteúdo normativo produzidos, a fim de que se possa extirpar do ordenamento jurídico aqueles que estejam em confronto com as disposições exaradas do Poder Constituinte.

O mecanismo que objetiva analisar a conformidade de uma lei com a Constituição, e assim preservar a coerência do sistema legal, é denominado controle de constitucionalidade.

No Brasil, há várias modalidades de controle de constitucionalidade, podendo este ser efetuado por todos os três Poderes da República, antes ou depois da edição da lei ou do ato normativo, havendo procedimentos previamente estabelecidos pela Constituição Federal e legislação infraconstitucional.

O controle de constitucionalidade repressivo – posterior à edição da norma –, quando efetuado pelo Poder Judiciário, pode se dar de duas formas, tendo o Brasil adotado o denominado sistema misto: a) de modo concreto e difuso, hipótese em que qualquer juiz ou tribunal pode, ao analisar uma demanda proposta, declarar a inconstitucionalidade de uma lei ou ato normativo, sendo tal juízo um pressuposto para a decisão da causa, não constituindo seu objeto principal; b) de modo abstrato e concentrado, quando o julgamento sobre a constitucionalidade da lei é o objeto principal do processo, restando a competência para esse tipo de controle reservada ao Supremo Tribunal Federal, ao menos para os casos em que o parâmetro de controle é a Constituição Federal.

A decisão proferida a respeito da constitucionalidade de uma norma produz diferentes efeitos, dependendo da modalidade de controle de constitucionalidade utilizado.

O julgamento exarado em sede de controle concentrado de constitucionalidade, pelo Supremo Tribunal Federal, possui, em regra, efeitos *erga omnes*, além de

vincular os demais órgãos do Poder Judiciário e da Administração Pública de todos os entes federativos.

A decisão proferida em sede de controle difuso de constitucionalidade, ao seu turno, tem, em princípio, efeitos limitados às partes integrantes da demanda concreta em que realizado o juízo sobre a constitucionalidade de uma norma, além de não possuir efeito vinculante.

A presente monografia objetiva analisar o fenômeno denominado pela doutrina como abstrativização ou objetivação do controle concreto e difuso de constitucionalidade, consistente na possibilidade de que a um julgamento, efetuado em sede de controle incidental, pelo Supremo Tribunal Federal, sejam estendidos os efeitos típicos do controle de constitucionalidade concentrado, como a possibilidade de afetar terceiros não integrantes da demanda, assim como de vincular outros órgãos do Poder Judiciário e a Administração Pública.

Em um primeiro momento, será realizado um panorama geral do controle de constitucionalidade no Brasil, seguido de uma apreciação do controle concreto e difuso de constitucionalidade e suas limitações. Em sequência, será abordado o fenômeno da abstrativização ou objetivação do controle concreto e difuso de constitucionalidade, destacando-se sua presença em alterações da Constituição Federal, da legislação infraconstitucional e da jurisprudência, em especial do Supremo Tribunal Federal.

O procedimento metodológico utilizado para a realização desta monografia consistiu em análise documental.

1. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS

A Constituição, na qualidade de norma fundamental de uma nação, é o alicerce de todo o sistema jurídico, devendo as normas que o compõe estar em harmonia com a Carta Magna, porquanto desta extraem sua validade, conforme ensinamento de José Afonso da Silva (2010).

A lei ou ato normativo que esteja em desacordo com preceito da Constituição, assim, perde seu fundamento de validade, devendo ser extirpado do ordenamento jurídico.

Para que uma lei ou ato normativo inconstitucional seja declarado como tal, há um procedimento a ser seguido, denominado controle de constitucionalidade, o qual depende, segundo Barroso (2012), de dois pressupostos: a supremacia e a rigidez da constituição.

A supremacia da constituição deriva do fato de ser ela a lei fundamental de um Estado, a decisão política primeira, a norma estruturante da própria organização estatal, sendo, como dito acima, o fundamento de validade de todas as outras normas editadas, as quais não poderão contrariar o disposto pelo legislador constituinte. "Por força dessa supremacia, nenhuma lei ou ato normativo – na verdade nenhum ato jurídico – poderá subsistir validamente se estiver em desconformidade com a Constituição" (BARROSO, 2012, p. 23).

A rigidez constitucional, por sua vez, caracteriza-se pela existência de um procedimento mais formal e complexo para a elaboração ou alteração da norma constitucional do que o previsto para a edição das demais leis ou atos de conteúdo normativo.

Caso a confecção de uma lei infraconstitucional seguisse o mesmo procedimento da norma constitucional, esta, em caso de contrariedade com o novo dispositivo, não prevaleceria, na medida em que não haveria distinção formal entre o ato constitucional e o infraconstitucional.

Há varias formas de controle de constitucionalidade, variando a classificação de acordo com o critério utilizado. Por exemplo, e de acordo com Marcelo Novelino (2011), quanto ao momento em que efetuado o controle, se antes ou depois da promulgação da lei ou do ato normativo, pode-se identificar o controle como preventivo ou repressivo. Em se tratando da natureza do órgão que efetua o controle de constitucionalidade, este pode ser político, jurisdicional, ou misto.

No entanto, dentre os vários critérios de classificação do controle de constitucionalidade, ensejam maior interesse para o presente trabalho as classificações quanto à competência e à finalidade.

No que diz respeito à finalidade, o controle de constitucionalidade pode ser dividido em concreto ou abstrato.

Concreto é o controle de constitucionalidade efetuado dentro de uma demanda subjetiva, em que há partes em contenda, sendo a análise de constitucionalidade da lei ou ato normativo pressuposto para a resolução da lide. Nessa modalidade de controle, "a verificação da constitucionalidade será um antecedente lógico, temporal e incidental para a formação do juízo de convicção acerca da controvérsia principal" (NOVELINO, 2011, p. 257). Os efeitos do controle de constitucionalidade concreto, de acordo com o entendimento tradicional, limitam-se às partes do processo, exceto no caso de edição de resolução, pelo Senado Federal, com a finalidade de suspender a execução do ato normativo declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 52, X, da Constituição Federal.

O controle de constitucionalidade abstrato, por seu turno, visa o exame da lei ou do ato normativo em si, não havendo vinculação a uma demanda concreta. "Buscase, no controle abstrato, apenas analisar a validade constitucional da norma, independente de ser ela imprescindível, ou não, à tutela jurisdicional de um direito" (SARLET; MARINONI; MITIDIERO, 2012, p. 770).

No que tange à competência para o exercício do controle de constitucionalidade, este pode ser difuso ou concentrado.

O controle difuso, também denominado aberto ou modelo norte-americano – porquanto surgido e desenvolvido nos Estados Unidos, sobretudo com base no histórico precedente da Corte Suprema no caso *Marbury versus Madison* –, atribui a todos os órgãos do Poder Judiciário a competência para efetuar o controle de constitucionalidade de uma lei ou ato normativo. Este tipo de controle, no Brasil, é realizado de forma incidental, o que explica a associação comum entre o controle de constitucionalidade concreto e o difuso.

O controle concentrado, por sua vez, advém do denominado modelo austríaco – tendo em vista sua adoção pela Constituição da Áustria de 1920, influenciada pela doutrina de Hans Kelsen –, e prevê que a aferição de constitucionalidade será realizada por um único órgão, destacado para tal função.

Foi [...] por obra do intelectual Hans Kelsen que a Europa recepcionou a doutrina americana do controle judicial de constitucionalidade das leis, com estrutura, todavia, distinta do modelo americano. De feito, Kelsen concebeu um sistema de jurisdição constitucional ‘concentrada’, no qual o controle de constitucionalidade estava confiado, exclusivamente, a um órgão jurisdicional especial, conhecido por Tribunal Constitucional, sistema, portanto, significativamente distinto do sistema de jurisdição constitucional ‘difusa’ do direito norte-americano. Essa distinção entre os sistemas ‘americano’ e austríaco ou europeu’ de controle de constitucionalidade decorreu, efetivamente, segundo lembra José Afonso da Silva, da diversidade de ambientes socioideológicos entre os Estados Unidos e os países europeus. Deveras, enquanto o constitucionalismo europeu se desencadeou em sociedades divididas, com características ideológicas opostas, o constitucionalismo americano desenvolveu-se em ambiente social e ideológico homogêneo. (CUNHA JÚNIOR, 2008, p. 274-275).

O Brasil também adotou este tipo de controle de constitucionalidade, atribuindo a tarefa ao Supremo Tribunal Federal.

Deve-se destacar que “no sistema constitucional pátrio, em regra, o controle concentrado é também um controle abstrato, apesar da existência de instrumentos de controle concentrado-concreto, como ocorre com a representação interventiva” (NOVELINO, 2011, p. 260).

A declaração de inconstitucionalidade de uma lei, no modelo de controle concentrado e abstrato, gera diferentes efeitos do julgamento efetuado no modelo difuso e concreto.

Se, no controle difuso de constitucionalidade, a eficácia subjetiva da coisa julgada é limitada às partes do processo (art. 472 do CPC) e a eficácia objetiva da coisa julgada é, propriamente, a parte dispositiva da sentença (art. 458 do CPC), que não abrange, portanto, os fundamentos da decisão (prejudicial de inconstitucionalidade), no controle concentrado de constitucionalidade, a eficácia subjetiva da coisa julgada é abrangente e vinculativa a toda sociedade (art. 27 da Lei n. 9.868/99, enquanto a eficácia objetiva da coisa julgada é, justamente, a própria declaração de inconstitucionalidade. (RASLAN, 2012, p. 337).

Ocorre que, no Brasil, tem havido uma alteração do entendimento clássico quanto a esses efeitos, em especial quanto à possibilidade de se atribuir à decisão, proferida em sede de controle concreto e difuso, efeitos próprios do julgamento exarado pela via abstrata e concentrada.

É que, diante do gigantesco e crescente número de demandas propostas perante o Poder Judiciário, seria razoável estender os efeitos de um juízo sobre a

constitucionalidade de uma norma, ainda que proferido em sede de controle concreto e difuso, a outros casos idênticos ou semelhantes, sem que para tanto deva ser ajuizado um processo de controle abstrato de constitucionalidade.

2. CONTROLE CONCRETO E DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS E SUAS LIMITAÇÕES

O controle concreto de constitucionalidade, que é efetuado de forma difusa por todos os juízes e tribunais, no Brasil, consiste na análise de compatibilidade de uma determinada norma com a Carta Magna, sendo tal juízo efetuado na qualidade de questão prejudicial ao julgamento do mérito da demanda, por isso também denominado controle por via de exceção ou incidental.

A avaliação da constitucionalidade de uma lei, nesses termos, não é o objetivo principal do processo, mas apenas uma questão de cuja solução depende o julgamento do pedido principal deduzido pela parte.

O controle difuso de constitucionalidade, segundo Uadi Lammêgo Bulos (2011), formalizou-se nos Estados Unidos, no *leading case* Marbury versus Madison, julgado em 1803, oportunidade em que a Corte Suprema Americana, seguindo o pensamento do *Chief Justice* John Marshall, decidiu que uma norma contrária à Constituição Federal poderia ter sua invalidade declarada quando da análise, pelo magistrado, de um caso concreto.

No citado julgado, o *Chief Justice* John Marshall defendeu a supremacia da Constituição sobre as demais leis e atos normativos, destacando a possibilidade do *judicial review*, ou seja, da declaração de inconstitucionalidade de uma norma, pelo magistrado, quando esta se encontrar em desacordo com a Carta Magna.

No Brasil, a Constituição Federal de 1891 foi a primeira a prever um sistema de controle de constitucionalidade difuso, atribuído a juízes e tribunais, podendo a decisão sobre o tema ser revisada pelo STF. Desde então, em todas as Constituições brasileiras, foi conferida aos órgãos do Poder Judiciário a possibilidade de avaliação da constitucionalidade de uma lei ou ato normativo, quando do julgamento de uma demanda concreta.

Atualmente, o juízo sobre a constitucionalidade da norma, efetuado em sede de controle difuso por juízes e tribunais, pode ser revisto pelo Supremo Tribunal Federal em sede de Recurso Extraordinário, nos termos do art. 102 da Constituição Federal.

De acordo com Almeida (2013), no sistema norte-americano, do qual se originou a modalidade de controle de constitucionalidade difuso, vige o princípio do **stare decisis**, segundo o qual todos os órgãos do Poder Judiciário estão vinculados às decisões da Suprema Corte, ainda que proferida em um caso concreto.

No Brasil, diferentemente, a decisão emitida em sede de controle de constitucionalidade difuso, em regra, não vincula outros órgãos judicantes, ainda que proferida pelo Supremo Tribunal Federal, além de limitar seus efeitos às partes do processo em que proferida.

Essa peculiaridade pode gerar situações problemáticas, podendo-se exemplificar a possibilidade de que uma norma, ao ser analisada por um Tribunal local, seja julgada constitucional, enquanto outra Corte, em caso semelhante, pode declarar a mesma lei inconstitucional.

O controle concreto de constitucionalidade, assim, tem o inconveniente de possibilitar a interpretações divergentes, por órgãos jurisdicionais distintos, sobre o mesmo dispositivo constitucional.

Essa situação, indiscutivelmente, traz como resultado a incoerência do ordenamento jurídico, na medida em que propicia a desconexão entre os resultados da interpretação sobre a compatibilidade de uma norma com relação ao seu fundamento de validade, em notório prejuízo à segurança jurídica (STUMPF, 2011).

Some-se ao citado problema o fato de que a mesma norma, se não houver decisão a respeito de sua constitucionalidade em sede de controle concentrado, pode vir a ser objeto de repetidas análises quanto à sua conformação com a Carta Magna, sendo geradas inúmeras demandas de teor idêntico ou semelhante, com grandes prejuízos para a atividade jurisdicional.

Como se sabe, ante a ausência de previsão legal determinando a vinculação às decisões dos tribunais superiores, há, hoje, em nosso Judiciário, uma verdadeira diversidade de entendimentos dos mais variados órgãos do Judiciário acerca da constitucionalidade de determinada lei. Mesmo havendo pronunciamento do STF, em sede de controle difuso, acerca da constitucionalidade ou inconstitucionalidade de determinada norma, continuam a ser proferidas pelos órgãos inferiores, decisões em outros casos concretos em sentido diametralmente oposto ao posicionamento da Corte (SOUZA, 2012, p. 15).

É certo que há, na Constituição Federal de 1988, uma forma de atribuir efeitos *erga omnes* a decisões proferidas em sede de controle incidental de constitucionalidade.

Dispõe o art. 52, X, da Carta Magna, que compete privativamente ao Senado Federal “suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal”.

Tal procedimento limita-se à declaração de inconstitucionalidade efetuada em sede de controle difuso, tendo em vista que o julgamento proveniente de controle concentrado de constitucionalidade detém efeitos *erga omnes* e vinculantes naturalmente, de acordo com o art. 102, § 2º, da Constituição Federal vigente.

A diferenciação dos efeitos atribuídos às decisões de controle de constitucionalidade, de acordo com o método utilizado – concreto ou abstrato –, no entanto, é objeto de questionamento atualmente.

Indaga-se, por exemplo, se ainda haveria necessidade de suspensão da execução, pelo Senado Federal, da norma declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de controle incidental e difuso.

Um dos argumentos que sustentam esse questionamento é o fato de que o Supremo Tribunal Federal pode, inclusive em caráter liminar, suspender os efeitos de lei objeto de controle concentrado de constitucionalidade.

Ora, se a Corte Suprema, em sede de controle abstrato de constitucionalidade, pode suspender a eficácia de norma impugnada, e, no julgamento meritório, declarar a inconstitucionalidade do ato normativo, que será considerado nulo, com efeitos *erga omnes*, por que não poderia fazer o mesmo em sede de controle difuso de constitucionalidade?

É o que perguntam Gilmar Mendes e Paulo Gustavo Gonet Branco (2013, p. 1091):

A exigência de que a eficácia geral da declaração de inconstitucionalidade proferida pelo Supremo Tribunal Federal em casos concretos dependa de decisão do Senado Federal, introduzida entre nós com a Constituição de 1934 e preservada na Constituição de 1988 (art. 52, X), perdeu parte do seu significado com a ampliação do controle abstrato de normas, sofrendo mesmo um processo de obsolescência. A amplitude conferida ao controle abstrato de normas e a possibilidade de que se suspenda, liminarmente, a eficácia de leis ou atos normativos, com eficácia geral, contribuíram, certamente, para que se mitigasse a crença na própria justificativa desse instituto, que se inspirava diretamente numa concepção de separação de Poderes - hoje necessária e inevitavelmente ultrapassada. Se o Supremo Tribunal Federal pode, em ação direta de inconstitucionalidade, suspender, liminarmente, a eficácia de uma lei, até mesmo de emenda constitucional, por que haveria a declaração de inconstitucionalidade, proferida no controle incidental, valer tão somente para as partes?

A resolução desse questionamento está ligada diretamente a uma das vias de abstrativização dos efeitos do controle de constitucionalidade incidental.

Tendo em vista a necessidade de maior eficiência do Poder Judiciário, afirmam os defensores desse pensamento ser desarrazoado que um juízo sobre a constitucionalidade de uma lei, efetuado pelo Supremo Tribunal Federal, apenas por ter sido realizado em sede de controle difuso, não possa estender seus efeitos para além da demanda em que proferido (LENZA, 2013).

Diante desse quadro, e com o objetivo de tornar mais uniforme, eficaz e célere a prestação jurisdicional, foram efetuadas alterações na Constituição Federal e em leis infraconstitucionais, tornando mais amplos e abrangentes os efeitos dos juízos a respeito da constitucionalidade de leis ou atos normativos, efetuados pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de controle difuso. Igualmente, a própria jurisprudência tem acolhido a possibilidade de utilização de julgamentos realizados em controle concreto de constitucionalidade como se proferidos na via concentrada.

3. ABSTRATIVIZAÇÃO OU OBJETIVAÇÃO DO CONTROLE CONCRETO E DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS

Maior celeridade e segurança jurídicas podem ser obtidas com a ampliação dos efeitos da decisão que declarar a constitucionalidade ou inconstitucionalidade de uma norma, proferida pela Corte Suprema, em uma demanda concreta, para além das partes integrantes da relação processual.

Como destaca Pedro Roberto Decomain (2013, p. 116):

[...] se o papel do STF, de guardião da Constituição, compreende também esta tarefa de uniformizador da interpretação constitucional, e se o recurso extraordinário é um dos caminhos (não certamente o único) pelo qual este objetivo pode ser alcançado, não faz sentido que se deixe de reconhecer caráter vinculante e, pois, eficácia *erga omnes*, mesmo às decisões tomadas pelo STF em sede de controle incidental e difuso de constitucionalidade.

Aliás, tal representará não apenas homenagem ao papel primordial do Supremo Tribunal Federal, mas também a diferentes princípios processuais, dentre os quais, para mencionar alguns, o da celeridade, o da economia, o da racionalidade e, porque não, até mesmo ao princípio mais largo (porque transcende o processo) da segurança jurídica.

Esse processo de conferir maior alcance aos efeitos do julgamento realizado em sede de controle incidental e difuso de constitucionalidade denomina-se abstrativização ou objetivação do controle concreto de constitucionalidade, exatamente por tornar os efeitos do controle de constitucionalidade incidental mais próximos dos obtidos com o controle abstrato de constitucionalidade.

A atribuição de efeitos gerais e vinculantes aos julgamentos do Supremo Tribunal Federal, proferidos em sede de controle difuso de constitucionalidade, pode se dar de mais de uma forma.

Almeida (2013) destaca que a objetivação do controle difuso de constitucionalidade ocorre por diversos mecanismos, destacando-se: a) a alteração da própria Constituição Federal, pelo constituinte derivado, com a criação da repercussão geral no recurso extraordinário e da súmula vinculante; b) modificações da legislação ordinária, em especial do Código de Processo Civil, com a edição de normas que, por exemplo, atribuem efeitos vinculantes a pronunciamentos do Supremo Tribunal Federal sobre a constitucionalidade de uma lei,

independentemente de terem sido proferidos em sede de controle concentrado ou difuso; c) nova orientação jurisprudencial sobre o tema.

As três frentes desse movimento, que busca a abstrativização dos efeitos das decisões proferidas em sede de controle concreto de constitucionalidade, serão tratadas a seguir.

3.1. Alterações da Constituição Federal

O constituinte derivado, ao editar a Emenda Constitucional n. 45, de 2004, incluiu no art. 102 da Constituição Federal o § 3º, do seguinte teor:

§ 3º No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004).

Ao prever que o recurso extraordinário, para ser examinado, deverá possuir a denominada repercussão geral das questões constitucionais nele discutidas, conferiu o dispositivo em destaque um caráter objetivo ao mencionado apelo.

Com efeito, a denominada repercussão geral consiste, nos termos do § 1º do art. 543-A do Código de Processo Civil, incluído pela Lei n. 11.418 de 2006, na "existência, ou não, de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, que ultrapassem os interesses subjetivos da causa".

O dispositivo em questão é literal ao afirmar que o interesse tratado no recurso extraordinário deverá, para que seja conhecida a irresignação, ser mais amplo que o mero interesse das partes. Criou-se, assim, a necessidade de que o recurso extraordinário trate de matéria que detenha relevância econômica, política, social ou jurídica, que seja mais ampla que a simples resolução da demanda travada entre autor e réu.

De outra parte, acentuando o desejo de se conferir um caráter *erga omnes* aos julgamentos do Supremo Tribunal Federal, ainda que não realizados em sede de controle concentrado de constitucionalidade, tem-se o teor do § 5º do art. 543-A:

§ 5º Negada a existência da repercussão geral, a decisão valerá para todos os recursos sobre matéria idêntica, que serão indeferidos

liminarmente, salvo revisão da tese, tudo nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal. (Incluído pela Lei nº 11.418, de 2006).

No caso, o parágrafo destacado prevê a possibilidade de indeferimento liminar de recursos extraordinários que tratem de matéria a que o Supremo Tribunal Federal tenha negado o juízo de relevância denominado repercussão geral.

Está evidenciado no dispositivo o objetivo do legislador de conferir efeitos mais abrangentes à decisão do Supremo Tribunal Federal, relativa à existência de repercussão geral sobre determinada questão. Esse juízo, por sua vez, é efetuado na análise de casos concretos, e não em sede de controle abstrato.

Previsão semelhante está incrita no art. 543-B, ao tratar da repercussão geral em sede de recursos repetitivos, em especial nos §§ 2º, 3º e 4º:

§ 2º Negada a existência de repercussão geral, os recursos sobrestados considerar-se-ão automaticamente não admitidos. (Incluído pela Lei nº 11.418, de 2006).

§ 3º Julgado o mérito do recurso extraordinário, os recursos sobrestados serão apreciados pelos Tribunais, Turmas de Uniformização ou Turmas Recursais, que poderão declará-los prejudicados ou retratar-se. (Incluído pela Lei nº 11.418, de 2006).

§ 4º Mantida a decisão e admitido o recurso, poderá o Supremo Tribunal Federal, nos termos do Regimento Interno, cassar ou reformar, liminarmente, o acórdão contrário à orientação firmada. (Incluído pela Lei nº 11.418, de 2006).

Ao analisar as disposições acima, Almeida (2011) afirma:

Trata-se, em verdade, de mais uma hipótese em que a decisão do Supremo Tribunal Federal, proferida no âmbito de um caso concreto, alcança pessoas que não integraram qualquer dos polos da ação onde houve o pronunciamento da Corte, bem como vincula os demais órgãos do Poder Judiciário cujas decisões, se contrárias à orientação firmada, poderão ser liminarmente cassadas ou reformadas.

Deve-se destacar, outrossim, a alteração da Constituição Federal de 1988, também pela Emenda Constitucional n. 45/2004, para a inclusão da denominada súmula vinculante, descrita no art. 103-A, da Carta Magna:

Art. 103-A. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar

súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei. (Incluído pela Emenda Constitucional n. 45, de 2004)

Novamente, faz-se presente o movimento no sentido de ampliação dos efeitos de decisões proferidas em sede de controle concreto de constitucionalidade, ainda que indiretamente.

É que, no caso da súmula vinculante, não é a própria decisão proferida no controle difuso que tem seus efeitos estendidos, havendo um procedimento formal de criação de um enunciado que condense o entendimento reiterado da Corte Suprema sobre determinada questão, o qual deverá ser obrigatoriamente seguido pelos demais Tribunais e pela administração pública em geral.

[...] para sua edição são necessários certos requisitos, quais sejam, posições reiteradas em várias decisões sobre matéria constitucional; que estas decisões estejam gerando grave insegurança jurídica ou mesmo a multiplicação exponencial de lides idênticas; e deliberação de 2/3 dos membros do STF em sessão plenária. A sua eficácia é imediata, sendo cabível também a modulação de seus efeitos temporais tal qual no controle abstrato, previsão expressa do art. 4º da Lei 11.417/2006. (PROBST, Paulo Vitor da Silva, 2011, p. 87-88).

3.2. Alterações da Legislação Infraconstitucional

A primeira forma de atribuição do denominado efeito reflexo às decisões proferidas no controle difuso de constitucionalidade, consistente na capacidade vinculativa de tais julgados, deu-se pela Lei 9.756/98, que conferiu a seguinte redação ao parágrafo único do art. 481 do Código de Processo Civil:

Os órgãos fracionários dos tribunais não submeterão ao plenário, ou ao órgão especial, a arguição de inconstitucionalidade, quando já houver pronunciamento destes ou do plenário do Supremo Tribunal Federal sobre a questão.

O entendimento de tal dispositivo exige a leitura do art. 97 da Constituição Federal de 1988, que institui a denominada cláusula de reserva de plenário, e

segundo o qual: "Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público".

Ocorre que, de acordo com o art. 481 do Código de Processo Civil, a questão sobre a constitucionalidade de uma norma, que já tenha sido objeto de apreciação pelo órgão plenário ou especial do respectivo Tribunal, ou do plenário do Supremo Tribunal Federal, não exigirá nova análise pelo plenário ou órgão especial da corte local, como previsto no art. 97 da Constituição Federal de 1988.

Resta claro, da conjugação dos dispositivos, a existência de uma vinculação da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, ainda que em sede de controle difuso, em relação aos demais tribunais nacionais.

Deve-se ressaltar que a mesma Lei 9.756/98 também alterou o art. 557 do Código de Processo Civil:

Art. 557. O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior. (Redação dada pela Lei nº 9.756, de 17.12.1998)
§ 1º-A Se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, o relator poderá dar provimento ao recurso. (Incluído pela Lei nº 9.756, de 17.12.1998)

A leitura dos dispositivos transcritos revela que a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, sobre determinado tema, poderá ser utilizada como fundamento para que o relator de um recurso, em qualquer Tribunal, de forma monocrática, negue seguimento ao apelo ou mesmo dê provimento à irresignação.

Não há, de outra parte, qualquer restrição, nas normas em destaque, no sentido de que a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, a que se refere o legislador, deva ser proveniente de um julgamento efetuado em sede de controle abstrato de constitucionalidade. Não há obstáculo, assim, a que um julgamento de inconstitucionalidade de uma determinada lei ou ato normativo, efetuado em sede de controle difuso, possa ser utilizado como fundamento, posteriormente, para negar seguimento a um recurso, ou mesmo para provê-lo.

Outro exemplo de alteração legislativa infraconstitucional para fins de atribuir maior amplitude aos efeitos da julgamento sobre a constitucionalidade de uma norma, efetuado pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de controle por exceção,

está presente no parágrafo único do art. 741 do Código de Processo Civil, com a redação conferida pela Lei 11.232/2005.

O citado dispositivo prevê que, em sede de embargos à execução movida contra a Fazenda Pública, esta poderá alegar a inexigibilidade do título judicial, que será assim considerado se "[...] fundado em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, ou fundado em aplicação ou interpretação da lei ou ato normativo tidas pelo Supremo Tribunal Federal como incompatíveis com a Constituição Federal".

Novamente, atribuiu-se efeitos gerais a julgamentos efetuados, pela Corte Suprema, em sede de controle incidental de constitucionalidade, uma vez que a norma em esboço também não exige que a declaração de inconstitucionalidade tenha se operado na via abstrata.

3.3. Alterações na Jurisprudência

A abstrativização do controle concreto de constitucionalidade das leis tem ganhado força também no âmbito da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o tema.

Caso emblemático sobre a questão é a Reclamação n. 4.335/AC, de relatoria do Ministro Gilmar Mendes.

Em seu voto, o Ministro relator defende o entendimento de que seria possível atribuir, à declaração de inconstitucionalidade efetuada em sede de controle concreto, efeitos *erga omnes*, ainda que não acompanhada pela posterior suspensão da norma pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, X, da Constituição Federal.

Prossegue o Ministro asseverando que uma mutação constitucional teria tornado despicienda a suspensão formal, por parte do Senado Federal, da norma objeto de controle de constitucionalidade, efetuado pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de controle incidental, limitando-se o papel da Casa Legislativa a dar publicidade ao conteúdo da decisão da Corte Suprema.

Em defesa desta tese, afirma que a necessidade de suspensão, pelo Poder Legislativo, dos efeitos de uma norma declarada inconstitucional, contrariaria a clássica doutrina de nulidade do ato inconstitucional. Se a norma é nula, a invalidade retroage à origem do ato defeituoso, sendo apenas declarada pelo julgamento de

inconstitucionalidade. Nesse âmbito, o reconhecimento da invalidade da norma inconstitucional não poderia depender de resolução do Senado Federal, que restringir-se-ia à publicidade do reconhecimento da inconstitucionalidade efetuado pelo Supremo Tribunal Federal.

Relevante a transcrição de trecho do voto exarado pelo Ministro Eros Grau na citada Reclamação, extraído da obra de Uadi Lammêgo Bulos (2011, p. 225):

“A mutação constitucional é transformação de sentido do enunciado da Constituição sem que o próprio texto seja alterado em sua redação, vale dizer, na sua dimensão constitucional textual. Quando ela se dá, o intérprete extrai do texto norma diversa daquelas que nele se encontravam originariamente involucradas, em estado de potência. Há, então, mais do que interpretação, esta concebida como processo que opera a transformação de texto em norma. Na mutação constitucional caminhamos não de um texto a uma norma, porém de um texto a outro texto, que substitui o primeiro. Daí que a mutação constitucional não se dá simplesmente pelo fato de um intérprete extrair de um mesmo texto norma diversa da produzida por outro intérprete. Isso se verificar diuturnamente, a cada instante, em razão de ser, a interpretação, uma prudência. Na mutação constitucional há mais. Nela não apenas a norma é outra, mas o próprio enunciado normativo é alterado. O exemplo que no caso se colhe é extremamente rico. Aqui passamos em verdade de um texto ‘compete privativamente ao Senado Federal suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal’ a outro texto ‘compete privativamente ao Senado Federal dar publicidade à suspensão da execução, operada pelo Supremo Tribunal Federal, de lei declarada inconstitucional, no todo ou em parte, por decisão definitiva do Supremo’ (STF, Pleno. Recl. 4.335-5/AC, Rel. Min. Gilmar Mendes, voto vista, proferido em 19-4-2007);

Ainda sobre o tema, Gilmar Mendes e Paulo Gustavo Gonet Branco (2013) destacam a existência de dispositivos na Lei 8.038/90 e no Código de Processo Civil que possibilitam ao relator negar seguimento ou mesmo dar provimento a um recurso, de acordo com súmula ou jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal sobre a questão em debate. Entendem que tais disposições denotam a disposição do legislador em ampliar os efeitos da decisão de controle de constitucionalidade proferida em sede de controle difuso.

Deve-se ressaltar, contudo, que o julgamento da Reclamação nº 4.335/AC ainda não terminou, e os argumentos deduzidos pelos Ministros Gilmar Mendes e Eros Grau não estão livres de críticas na doutrina.

Com efeito, Uadi Lammêgo Bulos (2011) faz um contraponto ao entendimento de que o art. 52, X, da Constituição Federal teria sofrido uma mutação constitucional. Afirma, para tanto, que a mutação constitucional é um fenômeno que pode ser observado, ocorrendo de forma espontânea e imprevisível, não podendo, no entanto, ser provocado intencionalmente. Nesse contexto, assevera que a mutação constitucional não pode ser imposta, ainda que por um julgamento do Supremo Tribunal Federal.

No mesmo sentido escreve Léa Émile Maciel Jorge de Souza (2012, p. 32):

Ademais, deve-se questionar o seguinte fato: se a tese da mutação constitucional é aceita como sendo uma forma de corrigir alguma disparidade entre o texto constitucional e a realidade social, não seria necessária a existência de reiteradas decisões dos órgãos do Judiciário e de vozes de toda a comunidade jurídica pugnando pela revogação, não aplicação ou modificação da norma extraída do art. 52, X, da CF/1988? Não é o que acontece. O voto do Min. Gilmar Mendes fala em mutação constitucional já na primeira oportunidade que analisa profundamente a questão dos efeitos da decisão em sede de controle difuso. Não se pode conceber que a existência de um, ou dois votos seja suficiente para entender quebrantada a tradição de obediência e aceitação do art. 52, X, que se opera no contexto constitucional desde a implementação do ato de suspensão pelo Senado Federal, com a Constituição de 1934.

O fato é que, como bem observado por Alexandre de Moraes (2011), o Supremo Tribunal Federal pode, atualmente, editar a denominada súmula vinculante, cujo entendimento sobre determinada matéria deverá ser seguido pelos demais órgãos do Poder Judiciário e pela administração pública direta e indireta, de todas as esferas governamentais, nos termos do art. 103-A da Constituição Federal, concluindo o citado autor:

Não mais será necessária a aplicação do art. 52, X, da Constituição Federal – cuja efetividade, até hoje, sempre foi reduzidíssima –, pois, declarando incidentalmente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, o próprio Supremo Tribunal Federal poderá editar Súmula sobre a validade, a interpretação e a eficácia dessas normas, evitando que a questão controvertida continue a acarretar insegurança jurídica e multiplicidade de processos sobre questão idêntica. (MORAES, 2011, p. 746).

Já no Recurso Extraordinário 197.917/SP, em que discutido o critério de proporcionalidade na fixação do número de vereadores por município, previsto no

art. 29, inciso IV, da Constituição Federal, o Supremo Tribunal Federal estendeu ao controle difuso de constitucionalidade a denominada teoria da "transcendência dos motivos determinantes", antes aplicada apenas em sede de controle concentrado de constitucionalidade.

Com a expressão eficácia transcendente da motivação se pretende significar a eficácia que, na sua integridade enquanto questão a ser resolvida, são similares a já decidida, e, por isto, reclamam as mesmas razões que foram apresentadas pela tribunal quando da decisão. Embora os casos tenham suas inafastáveis particularidades, a sua substância, vista como questão de direito a ser solucionada pelo tribunal, é a mesma. Assim, se a norma 'X' foi considerada inconstitucional em virtude das razões 'Y', a norma 'Z', porém substancialmente idêntica a 'X', exige aplicação das razões 'Y'. (SARLET; MARINONI; MITIDIERO, 2012, p. 859).

Paulo Roberto de Figueiredo Dantas (2012), ao tratar da questão, relembra que os efeitos de uma sentença, de acordo com o art. 472 do Código de Processo Civil, limitam-se às partes integrantes da demanda, e, nos termos do art. 469 do mesmo Código de Processo Civil, não fazem coisa julgada os motivos delineados pelo julgador para decidir a causa.

Nessa linha de pensamento, destaca que o julgamento de inconstitucionalidade de uma norma, em sede de controle difuso, por ser apenas prejudicial ao exame do mérito propriamente dito, não será abrangido pelos efeitos da coisa julgada, podendo ser novamente objeto de exame em outra demanda.

E completa o citado doutrinador:

Ocorre que, mais recentemente, parte da doutrina, e até mesmo julgados do Supremo Tribunal Federal, vêm defendendo a possibilidade de que também a *ratio decidendi*, que os motivos determinantes, em uma decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, no controle difuso de constitucionalidade, passem a produzir efeitos *erga omnes*, vinculantes. Trata-se da chamada *teoria da transcendência dos motivos determinantes*.

Busca-se, com essa nova interpretação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade, no controle difuso de constitucionalidade, fornecer características objetivas a essa modalidade de controle, ampliando os efeitos daquela declaração de inconstitucionalidade de modo a torná-los semelhantes aos efeitos obtidos no controle concentrado de constitucionalidade.

O primeiro caso em que se viu essa nova tendência foi o julgamento do já mencionado Recurso Extraordinário n. 197.197-SP, em que o plenário do Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade do artigo 6º da Lei Orgânica do Município de Mira Estrela, no Estado de São Paulo, reduzindo o número de

parlamentares, daquela municipalidade, de onze para nove vereadores.

Com efeito, além de determinar, como vimos, que referida decisão só produziria efeitos *pro futuro*, restou estabelecido, pelo Supremo Tribunal Federal, que os motivos determinantes daquela decisão também se prestavam a vincular o Tribunal Superior Eleitoral, que deveria respeitar os termos da decisão proferida naquele recurso extraordinário, em casos análogos. (DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo, 2012, p. 202-203).

Importante também o julgamento proferido, pelo Supremo Tribunal Federal, no *Habeas Corpus* 82.959/SP. Nesse acórdão, decidiu a Corte Suprema pela inconstitucionalidade do § 1º do art. 2º da Lei 8.072/1990, que determinara que as penas impostas pela prática dos denominados crimes hediondos deveria ser cumprida em regime integralmente fechado.

Esse julgado, apesar de proferido em sede de *habeas corpus*, passou a ser o marco de controle de constitucionalidade sobre o tema, sendo adotado o entendimento proclamado no citado **writ** pela própria Corte Suprema, em decisões posteriores, assim como pelos demais órgãos do Poder Judiciário. Como exemplo, pode-se citar a seguinte ementa da Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, proferida nos autos da Reclamação n. 3.500/SP:

PROCESSUAL PENAL. RECLAMAÇÃO. CAPACIDADE POSTULATÓRIA E INTERESSE DE AGIR. AUSÊNCIA. VERIFICAÇÃO DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. APLICAÇÃO RETROATIVA DA LEI Nº 11.464/07. IMPOSSIBILIDADE. HABEAS CORPUS DE OFÍCIO.

I – [...]

V - Com efeito, o Plenário do c. Pretório Excelso, no julgamento do HC 82.959/SP, concluiu que a norma contida no art. 2º, § 1º, da Lei 8.072/90, que vedava a progressão de regime para os condenados por crimes hediondos, era inconstitucional. E, a partir dessa decisão, tomada em sede de controle difuso de constitucionalidade, tanto o Supremo Tribunal Federal, como a Terceira Seção desta Corte, passaram a não mais admitir a aplicação da norma contida no art. 2º, § 1º, da Lei 8.072/90.

VI - Impende ressaltar que, nesses casos, uma vez afastada a aplicação desta norma, voltou a regular a hipótese, mesmo em se tratando de crime hediondo, o art. 112 da LEP, que prevê, como requisito objetivo para a progressão de regime, o cumprimento de um sexto (1/6) da pena.

VII - Assim, estabelecido o confronto entre a Lei nº 11.464/07 e a regra prevista na LEP, verifica-se que a novel legislação estabeleceu prazos mais rigorosos para a progressão prisional, não podendo, dessa forma, ser aplicada aos casos ocorridos anteriormente à sua vigência.

Reclamação não conhecida.

Habeas corpus concedido de ofício. (BRASIL, Superior Tribunal de Justiça, Rcl 3500/SP, Rel. Ministro Felix Fischer, Terceira Seção, julgado em 14/12/2009).

Depreende-se da leitura da ementa transcrita que o reconhecimento da inconstitucionalidade do art. 2º, § 1º, da Lei 8.072/90, em sede de controle difuso pelo Supremo Tribunal Federal, foi objeto de um movimento de abstrativização, porquanto espraiou seus efeitos para além das partes envolvidas no julgamento do citado *habeas corpus*, como reconhecido expressamente pelo Superior Tribunal de Justiça.

CONCLUSÃO

O Brasil adotou o denominado sistema misto de controle de constitucionalidade de leis e atos normativos, porquanto este pode ser efetuado, por qualquer juízo ou tribunal, pela via concreta e difusa – como pressuposto para a resolução de uma demanda –, ou apenas pelo Supremo Tribunal Federal, pela via abstrata e concentrada, quando a análise da constitucionalidade da norma é o único objeto de uma ação de caráter objetivo.

Cada tipo de controle de constitucionalidade gera decisões com efeitos próprios, sendo os do controle abstrato e concentrado *erga omnes* e vinculantes para todos os órgãos do Poder Judiciário e da Administração Pública, enquanto os do concreto e difuso são limitados às partes integrantes da demanda, além de não vinculantes.

O fenômeno denominado abstrativização ou objetivização do controle difuso de constitucionalidade surge da necessidade de um incremento na eficiência da atividade de prestação jurisdicional.

Com o crescente número de demandas que são propostas ao Poder Judiciário, e de acordo com a doutrina favorável a tal movimento, defende-se a possibilidade de extensão dos efeitos das decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de controle difuso de constitucionalidade, a situações idênticas ou similares, sem que para tanto seja necessária a propositura de um processo de controle abstrato de constitucionalidade.

Assevera-se, nesse sentido, que a via processual utilizada, para o reconhecimento da inconstitucionalidade de uma norma, seria menos importante que o fato de ser a Corte Suprema a efetuar o juízo sobre a regularidade da lei ou ato normativo.

É certo que a via constitucionalmente prevista para a atribuição de efeitos *erga omnes* a uma decisão do Supremo Tribunal Federal, efetuada em sede de controle difuso de constitucionalidade, é a edição, pelo Senado Federal, de resolução, suspendendo os efeitos do ato declarado inconstitucional, nos termos do art. 52, X, da Carta Magna.

Este mecanismo, no entanto, não está isento de críticas, havendo até mesmo posicionamento da doutrina e de ministros do Supremo Tribunal Federal no sentido de que o citado dispositivo teria sofrido mutação constitucional, no sentido de que o

papel do Senado, atualmente, seria apenas o de dar publicidade à decisão da Corte Suprema sobre a inconstitucionalidade de uma norma.

A objetivação do controle concreto e difuso, de qualquer modo, tem ocorrido por vias diversas, destacando-se: as alterações da Constituição Federal, como a criação da súmula vinculante; as modificações da legislação infraconstitucional, podendo-se citar como exemplo a possibilidade conferida, ao relator de um recurso, de negar seguimento ao apelo, monocraticamente, com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o tema; a nova jurisprudência sobre o tema, havendo julgados do Supremo Tribunal Federal, proferidos em sede de controle difuso de constitucionalidade, que projetaram seus efeitos para além das partes em conflito.

O fenômeno da abstrativização do controle concreto e difuso, no entanto, não é unanimidade na doutrina, especialmente no que tange aos recentes pronunciamentos de ministros do Supremo Tribunal Federal no sentido de que teria havido mutação constitucional no que tange ao comando inscrito no art. 52, X, da Constituição Federal.

As alterações da Constituição Federal e da legislação infraconstitucional, de outra parte, tem sido aceitas de forma mais pacífica pela doutrina e pela prática forense, tornando real o fenômeno da abstrativização dos efeitos do controle concreto e difuso de constitucionalidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sidney Silva de. O Supremo Tribunal Federal e os efeitos de suas decisões no controle difuso de constitucionalidade. *Revista Bonijuris*. Curitiba: Bonijuris. Ano XXV, n. 595. V. 25, n. 6, p. 06-28, jun. 2013.

BARROSO, Luís Roberto. O controle de constitucionalidade no direito brasileiro: exposição sistemática da doutrina e análise crítica da jurisprudência. 6ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012. 452 p.

BRASIL. Código de processo civil e Constituição Federal. 42ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Reclamação n. 3.500/SP. Reclamante: Gilmar Francisco da Silva. Reclamado: Juiz de Direito da Vara de Execuções Criminais de São Paulo – SP. Relator: Ministro Felix Fischer. Brasília, acórdão de 14 dez. 2009. Disponível em: http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=RESUMO&livre=%28%2282.959%2Fsp%22%29+E+%28%22Terceira+Secao%22%29.org.&b=ACOR&thesaurus=JURIDICO#>. Acesso em: 28 fev. 2014.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus n. 82.959/SP. Impetrante: Oseas de Campos. Coator: Superior Tribunal de Justiça. Relator: Ministro Marco Aurélio. Brasília, acórdão de 01 set. 2006. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%2882959%2E%2E+OU+82959%2EACMS%2E%29&base=baseAcordaos&url=http://tinyurl.com/cs5myub>>. Acesso em: 07 mar. 2014.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário n. 197.917/SP. Recorrente: Ministério Público do Estado de São Paulo. Recorrido: Câmara Municipal de Mira Estrela e outros. Relator: Ministro Maurício Corrêa. Brasília, acórdão de 06 jun. 2002. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28197917%2E%2E+OU+197917%2EACMS%2E%29&base=baseAcordaos&url=http://tinyurl.com/d7llezf>>. Acesso em 10 mar. 2014.

BULOS, Uadi Lammêgo. Curso de direito constitucional. 6ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2011. 1667 p.

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. Curso de direito constitucional. 2ed. rev. ampl. e atual. Salvador: JusPODIVM, 2008, 1131 p.

DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. Direito processual constitucional. 3ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2012. 526 p.

DECOMAIN, Pedro Roberto. Recurso extraordinário e decisão com eficácia vinculante: algumas objeções e as respectivas respostas. **Revista Dialética de Direito Processual**. São Paulo: Dialética, n. 127, p. 113-133, out. 2013.

LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. 17ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2013. 1408 p.

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 27ed rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2011. 944 p.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 8ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 1424 p.

NOVELINO, Marcelo. Direito constitucional. 5ed rev. atual. e ampl. São Paulo: Método, 2011. 927 p.

PROBST, Paulo Vitor da Silva. A objetivação do recurso extraordinário. **Revista de Processo**. São Paulo: Ano 36, vol. 197, p. 67-105, jul. 2011.

RASLAN, Daniela Schneider. Da superação do efeito “inter partes” das decisões proferidas em controle difuso de constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal, em razão do julgamento dos recursos extraordinários, em razão do requisito da repercussão geral. Da infundada participação do senado federal. In: CASTRO, Dayse Starling Lima (Coord.). **Direito Público**. Belo Horizonte: Instituto de Educação Continuada, 2012.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. Curso de direito constitucional. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. 1259 p.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 34ed rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2010. 928 p.

SOUZA, Léa Émile Maciel Jorge de. A objetivação dos efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal no controle concreto de constitucionalidade. In: GARCIA, Maria (Dir. e Coord.). **Revista de Direito Constitucional e Internacional**. São Paulo: Revista dos Tribunais. Ano 20, vol. 81, p. 13 - 35, out. /dez. 2012.

STUMPF, Livia. Efeitos amplificados às decisões no controle concreto de constitucionalidade: o novo papel do Supremo Tribunal Federal na guarda da Constituição. *Biblioteca Digital Revista Brasileira de Estudos Constitucionais - RBEC*, Belo Horizonte, ano 5, n. 18, abr./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.bidforum.com.br/bid/PDI0006.aspx?pdiCntd=74731>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

TERMO DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaro, para todos os fins de direito e que se fizerem necessários, que isento completamente a Universidade Anhanguera-Uniderp, a Rede de Ensino Luiz Flávio Gomes e o professor orientador de toda e qualquer responsabilidade pelo conteúdo e idéias expressas no presente Trabalho de Conclusão de Curso.

Estou ciente de que poderei responder administrativa, civil e criminalmente em caso de plágio comprovado.

Brasília-DF, 13 de março de 2014.